



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/SE

Decisão nº 76648417/2025-CPL/SELOG/SR/PF/SE

Processo: **08520.003061/2024-47**

Assunto: **Decisão de Pedido de Impugnação de Edital**

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** proposta por **CARLETO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.469.404/0001-30, com sede na Avenida Carlos Strassburger Filho, nº 5796, Industrial Norte, Campo Bom/RS, referente às condições dispostas no Edital nº 90001/2025-CPL/SELOG/SR/PF/SE, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento, por meio de sistema informatizado, para fornecimento de combustíveis, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais, junto a rede credenciada de estabelecimentos para atender todas as máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal em Sergipe, com abrangência nacional, conforme condições, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência, pelos motivos expostos no documento apresentado pela **IMPUGNANTE** (67634124).

2. TEMPESTIVIDADE

- 2.1. A impugnação está descrita no Item 11.1 do Edital, onde dispõe:
11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 2.2. A impugnação foi recebida via E-mail (cpl.selog.srse@pf.gov.br) no dia 26 de junho de 2025 e a sessão estava agendada para ocorrer no dia 03/07/2025, assim, cumpriu-se com o pressuposto de tempestividade.

3. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

- 3.1. Diz a recorrente que numa "análise minuciosa ao edital constatou-se alguma irregularidades insanáveis, as quais ferem claramente os princípios norteadores da licitação, fazendo com que recaia sobre o processo uma nulidade absoluta, pois restringe a participação de potenciais licitantes, frustrando os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa".
- 3.2. Alega a impugnante que "a exigência de atestado de capacidade técnica com limitação temporal e objeto idêntico. Ilegalidade na exigência. Vício insanável. Necessidade de alteração do edital." e que "a lei veda veementemente a exigência de comprovação de aptidão técnica com limitação temporal".
- 3.3. Alega que " Quanto ao direcionamento do presente certame apenas a empreess que possuem sistema informatizado e integrado, com utilização de cartões, individuais e personalizados para pagamento, no tocante ao gerenciamento da

manutenção preventiva, excluindo potenciais licitantes com sistemas superiores, os quais dispensam uso de cartão, o que gera prejuízo à ampla competitividade".

4. DA FUNDAMENTAÇÃO

4.1. Fundamenta suas alegações nos Acórdãos e princípio da legalidade dos autores indicados abaixo:

4.1.1. Hely Lopes Meirelles;

4.1.2. Marçal Justen Filho;

4.1.3. Acórdão n. 10487/2016 – TCU – 2. Câmara;

4.1.4. Acórdão 2163/2014-TCU-Plenário.

5. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

5.1. O edital nº 90001/2025 foi divulgado prevendo no termo de referência os seguintes itens para atendimento da qualificação técnica:

5.1.1. **Quanto a manutenção da frota automotiva:**

5.1.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade **pertinente e compatível** em características, quantidades e prazos com o objeto proposto, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovado o gerenciamento compartilhado de manutenção, mediante rede credenciada, por meio de sistema informatizado de 50% dos 78 veículos, em todas as regiões brasileiras, com experiência, mínima, de 03 anos.

5.1.2. **Quanto ao fornecimento de combustíveis:**

5.1.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade **pertinente e compatível** em características, quantidades e prazos com o objeto proposto, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovado o gerenciamento do fornecimento de combustíveis, mediante rede credenciada, por meio de sistema informatizado de 50% dos 78 veículos, em todas as regiões brasileiras, com experiência, mínima, de 03 anos.

5.2. **Justificativa de exigência de qualificação técnica:**

5.2.1. As comprovações exigidas pela Administração Pública são essenciais para que o licitante possa demonstrar de forma inequívoca que possui as condições necessárias para cumprir o acordo a ser firmado com a Administração. É através dessa aprovação que se verificam as condições dos licitantes para executarem as atividades pertinentes ao futuro contrato. Além disso, implica na constatação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública. Pois, somente é possível demandar do licitante aquilo que é verdadeiramente suficiente e necessário para executar o objeto do contrato em questão.

6. DA ANÁLISE TÉCNICA

6.1. Após análise do conteúdo do pedido de impugnação apresentado pela empresa CARLETO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA, referente ao Pregão Eletrônico nº 90001/2025 da Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe, a área técnica manifestou:

6.1.1. No que tange a solicitação de "alteração da cláusula que exige atestado de capacidade técnica com experiência mínima de três anos":

6.1.1.1. Analisando o teor do Art. 67, §5º da Lei nº 14.133/2021, nas mesmas palavras:

"§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos."

6.1.1.2. Serviços e fornecimentos contínuos são definidos no Art. 6º, inciso XV da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) como: *"serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;"*.

6.1.1.3. São exemplos de serviços contínuos os serviços de limpeza e conservação, serviços de vigilância e segurança, *serviços de manutenção de equipamentos* e serviços de tecnologia da informação, dentre outros.

6.1.1.4. A exigência de experiência mínima foi considerada essencial para garantir a capacidade operativa e gerencial das empresas em contratos de alta complexidade (Acórdão TCU 1153/2024).

6.1.1.5. A exigência de experiência mínima de 3 (três) anos visa assegurar que as empresas participantes tenham um histórico comprovado de execução de serviços similares, garantindo a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.

6.1.1.6. Empresas com experiência comprovada são mais propensas a possuir processos bem estabelecidos, equipes treinadas e capacidade de lidar com imprevistos, minimizando riscos para a Administração Pública.

6.1.1.7. A administração e o gerenciamento da frota da Polícia Federal, com o fornecimento de combustíveis e/ou manutenção, envolvem atividades críticas que exigem alta confiabilidade e continuidade. A experiência mínima de três anos é uma garantia de que a empresa possui a maturidade necessária para manter a continuidade das operações sem interrupções.

6.1.1.8. Em licitações anteriores, a exigência de experiência mínima tem se mostrado eficaz na seleção de empresas qualificadas, evitando problemas de execução contratual e garantindo a entrega dos serviços conforme o esperado.

6.1.1.9. Sendo assim, diante da expressa previsão legal do requisito, objeto de questionamento, entendemos ser improcedente o pedido quanto a este item.

6.1.2. No que tange a solicitação de "admissão de empresas com sistemas de gerenciamento que dispensem o uso de cartão magnético."

6.1.2.1. O Anexo A (38575953) especifica o Termo de Referência nº 90001/2025 (65680219) quanto ao fornecimento de combustíveis sendo recomendada a leitura para os interessados na licitação. Recortamos e colamos alguns tópicos que deixam claro que o uso de cartão não é obrigatório.

"1.3.5. Implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilite o acompanhamento da aquisição de combustíveis, propiciando à Contratante gestão e controle detalhado das informações, nos moldes previstos no TR.

1.3.5.2. Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema online, a CONTRATADA deverá disponibilizar meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

2.2.1. Tanto para transações online, como para aquelas em que seja necessário pedido de autorização por meio eletrônico (computador, tablet, celular, telefone, etc), será obrigatória a utilização de senha pessoal do usuário, a fim de validar a transação.

3.7. A utilização de cartão/chip do usuário não será necessária, contudo, obrigatoriamente, cada usuário deverá ter sua identificação validada por meio de login e senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados, seja online ou offline, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a implementação de solução que identifique e iniba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas."

6.1.2.2. O anexo B (39320263) especifica o Termo de Referência nº 90001/2025 (65680219) quanto à manutenção da frota automotiva sendo recomendada a leitura para os interessados na licitação. Recortamos e colamos alguns tópicos que deixam claro que o uso de cartão não é obrigatório sendo padrão o uso de sistema informatizado.

"1.10. Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços indicados no rol de insumos, a CONTRATADA deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilite o acompanhamento da aquisição de combustíveis, derivados, peças e serviços, propiciando à Contratante gestão e controle detalhado das informações, nos moldes previsto no TR.

1.13. Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema online, a CONTRATADA deverá disponibilizar meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

1.15. A Contratada deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade, o cadastramento de todos os veículos/máquinas/equipamentos que a integrarem, respeitado o prazo estipulado no "Anexo F" do TR.

1.29. A CONTRATADA deverá possibilitar, seja por meio de seu site ou de aplicativo, a obtenção/recuperação/troca de senha, a ser promovida pelo próprio usuário, seja do cartão/chip pessoal, seja de acesso aos sistemas, no caso de gestores nacionais, regionais ou locais."

6.1.2.3. Acrescentamos que as empresas interessadas podem e são estimuladas a apresentarem novas tecnologias desde que atendam as necessidades descritas no Termo de Referência 90001/2025 (65680219) e Anexos.

6.1.2.4. O termo "cartão de identificação do veículo" aparece no Termo de Referência nº 90001/2025 (65680219) no tópico 5.3.12. no tópico de definições. Assim, são os Anexos A (Combustíveis) e B (Manutenções) que detalham as exigências para a contratação.

6.1.2.5. Sendo assim, superado que o processo licitatório não restringe a participação de empresas que não utilizam cartões, sendo expresso que o cartão não é necessário (Item 3.7 do anexo A) entendemos ser improcedente o pedido de impugnação quanto a este item.

7. DA DECISÃO

7.1. Diante do exposto, CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 08.469.404/0001-30 por preencher os requisitos de admissibilidade e tempestividade para julgar **IMPROCEDENTE** o pedido de impugnação e reformulação do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90001/2025.

DAILZA VENTURA
Agente Administrativo/Agente de Contratação



Documento assinado eletronicamente por **DAILZA VENTURA DOS SANTOS, Agente de Contratação**, em 01/07/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=76648417&crc=AEEAE4B5.
Código verificador: **76648417** e Código CRC: **AEEAE4B5**.

Referência: Processo nº 08520.003061/2024-47

SEI nº 76648417